COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 825, DE 2017

Susta os efeitos da Resolução do CONTRAN nº 709, de 25 de outubro, de 2017, que "Dispõe sobre a publicação na internet dos nomes e códigos dos agentes e autoridades de trânsito".

Autor: Deputado CABO SABINO

Relator: Deputado MAURO LOPES

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em referência, de autoria do ilustre Deputado Cabo Sabino, tem por objetivo sustar a aplicação da Resolução nº 709, de 25 de outubro de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que "*Dispõe sobre a publicação na internet dos nomes e códigos dos agentes e autoridades de trânsito*".

O autor alega que a norma editada pelo Contran coloca em risco a vida dos agentes de trânsito, pois podem sofrer ameaças de pessoas que se sintam prejudicadas com a aplicação de eventuais multas de trânsito.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da proposição. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá manifestar-se também quanto ao mérito e, ainda, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. A apreciação final das proposições caberá ao Plenário da Casa.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em referência pretende sustar a aplicação da Resolução nº 709, de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que determina a publicação na internet dos nomes dos agentes de trânsito responsáveis pela lavratura de autos de infração.

Preliminarmente, cumpre salientar que, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional sustar os atos do Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar, conforme transcrito abaixo:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

.....
No entanto, o controle legislativo não se restringe ao aspecto formal, isto é, se a regulamentação foi feita (i) por quem de direito, investido de delegação legislativa, (ii) mediante os procedimentos administrativos corretos e (iii) sem inovar em relação ao conteúdo da lei que lhe deu causa. Tão importante quanto essa análise é a que tem por objeto a substância da norma.

Nesse contexto, concordamos com o autor quando afirma que a resolução em questão compromete a autonomia dos agentes de trânsito no desempenho de suas atividades de fiscalização do trânsito. Com a divulgação do nome do servidor responsável pela lavratura de autos de infração, surge a possibilidade de que os agentes venham a sofrer ameaças ou qualquer outro tipo de constrangimento, interferindo no exercício de suas atribuições legais.

Aliás, é oportuno salientar que esse é o único propósito que vislumbramos na medida ditada pela resolução. Não se percebe qualquer vantagem ou benefício ao processo administrativo com a divulgação na internet da identidade do agente que lavrou o auto de infração, nem para a sociedade nem para a autoridade de trânsito. De acordo com o que preceitua o inciso V do art. 280 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), do auto de infração deve constar a identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente atuador ou equipamento que comprovar a infração. Caso não se verifique esse requisito formal, o auto de infração será

considerado inconsistente e, portanto, será arquivado e seu registro julgado insubsistente, conforme dispõe o parágrafo único do art. 281.

No que tange ao mérito de eventual recurso a ser interposto pelo infrator, não enxergamos como o conhecimento do nome do agente autuador pode servir como argumento para contestar a autuação. Em geral, as alegações do recorrente referem-se a inconsistências no local, data ou hora em que supostamente a infração foi cometida, geralmente oriundas de erros nos caracteres da placa de identificação do veículo ou de placas clonadas. Não se questiona se a autuação foi feita por este ou aquele agente de trânsito. Assim, parece-nos irrelevante a divulgação dessa informação na internet.

Ademais, convém salientar que um dos princípios da Administração Pública é o da impessoalidade. Ou seja, o agente de trânsito é um mero representante do Estado, investido da competência legal para autuar o condutor que descumprir certa norma de trânsito. De fato – e de direito –, quem aplica a penalidade, após comprovada a consistência do auto de infração, é a autoridade de trânsito. Caso discorde desse ato praticado, o infrator tem o direito de recorrer dessa aplicação, junto ao órgão ou entidade de trânsito competente, e jamais junto ao agente de trânsito responsável pela lavratura do auto de infração.

Por fim, ressaltamos que a sustação da Resolução nº 709, de 2017, não viola o princípio da publicidade dos atos da Administração Pública. A Lei nº 12.527, de 2011, denominada Lei de Acesso à Informação, continua assegurando a todo e qualquer cidadão o acesso a dados de interesse individual ou coletivo. No entanto, é bom frisar que essa Lei é baseada em princípios e garantias individuais previstas na Constituição Federal, entre os quais a transparência e o respeito à intimidade, à vida privada e à honra das pessoas. Assim, o condutor infrator que desejar ter acesso a dados do agente de trânsito responsável pela autuação da infração poderá solicitá-los ao respectivo órgão de trânsito, porém, será devidamente identificado e responderá pelo uso que fizer das informações obtidas – o que nos parece mais razoável do que simplesmente divulgar esses dados na internet.

Ante o exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado MAURO LOPES
Relator

2018-6093